

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA DIPLOMACIA DOS PALOPS: DAS LUTAS PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL AOS ESTADOS PÓS-COLONIAIS¹

Elvira Fernandes Mendes da Mata²

RESUMO

As discussões sobre a baixa presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão, principalmente em cargos políticos tanto a nível doméstico como internacional, têm despertado crescente interesse e visibilidade. De fato, as abordagens feministas e a temática de participação política das mulheres, têm ganhado cada vez mais espaço no debate público internacional. O presente trabalho, tendo como ponto de partida às questões da desigualdade de gênero, discute a participação política das mulheres nos espaços de tomada de decisão nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) à luz de debates teóricos-conceituais das teorias feministas das Relações Internacionais e dos feminismos africanos. No que tange à metodologia, a presente pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo. O trabalho é construído com base em uma revisão bibliográfica crítica sobre os feminismos nas RI, os feminismos africanos e a participação política das mulheres nas lutas pela libertação nacional e nos espaços diplomáticos. O trabalho evidencia que, no contexto dos PALOPs, apesar das mulheres terem tido uma participação ativa nos processos de luta pela libertação nacional contra o colonialismo português, elas não tiveram o reconhecimento desse papel e efetivação de seus direitos de participação política nos Estados pós-coloniais. Assim, durante a formação das primeiras estruturas governamentais dos Estados pós-coloniais, as mulheres foram, em grande medida, excluídas da participação dessa construção e não ocuparam de maneira representativa os cargos de poder e de tomada de decisão, o que evidencia a perpetuação do patriarcado e do colonialismo nessas sociedades. A partir das abordagens feministas africanas e das RI, concluiu-se que as mulheres precisam ter representatividade também nos espaços diplomáticos para que possamos construir um sentido feminista e africano da política internacional e combater a perpetuação do patriarcado no sistema internacional e nos Estados pós-coloniais.

Palavras-chave: Diplomacia. Mulheres na política - África. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB.

ABSTRACT

Discussions about the low presence of women in decision-making spaces, especially in political positions both domestically and internationally, have aroused growing interest and visibility. In fact, feminist approaches and the theme of women's political participation have gained more and more space in the international public debate. The present work, having as a starting point the issues of gender inequality, discusses the political participation of women in decision-making spaces in the African Countries of Portuguese Official Language (PALOP) in the light of theoretical-conceptual debates of the feminist theories of Relations International and African feminisms. With regard to methodology, this research has an exploratory and qualitative character. The work is built on the basis of a critical bibliographic review on feminisms in IR, African feminisms and women's political participation in struggles for national liberation and in diplomatic spaces. The work shows that, in the context of the PALOPs, although women have had an active participation in the processes of struggle for national liberation against Portuguese colonialism, they have not had the recognition of this role and the realization of their rights of political participation in post-colonial States . Thus, during the formation of the first governmental structures of post-colonial States, women were, to a large extent, excluded from participating in this construction and did not occupy positions of power and decision-making in a representative manner, which demonstrates the perpetuation of the patriarchy and colonialism in these societies. From African feminist approaches and IR, it is concluded that women also need to be represented in diplomatic spaces so that we can build a feminist and African sense of international politics and combat the perpetuation of patriarchy in the international system and in post-colonial States.

Keywords: Diplomacy. Portuguese Speaking African Countries (PALOP). Women in Politics - Africa.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a baixa presença das mulheres nos espaços de tomada de decisão, principalmente em cargos políticos tanto a nível doméstico como internacional, têm despertado crescente interesse e visibilidade (SANTOS, 2017; MAPA ONU MULHERES, 2021). A fraca

representatividade e participação das mulheres está estritamente relacionada com as estruturas desiguais de gênero e poder, em que os homens se destacam ocupando os cargos e espaços de tomada de decisão, em detrimento da subalternização e silenciamento das mulheres. Dessa forma, esses fenômenos são reflexos das estruturas sociais verticais, instrumentalizadas pelo patriarcado. Com o desenvolvimento das correntes de pensamento feministas e, principalmente, com o avanço de mobilizações e lutas feministas na arena global, essa prática tem mudado. Essas lutas são articuladas em busca da igualdade de gênero, ampliação e garantia de direitos, principalmente no que tange a participação das mulheres na política e nos espaços de tomada de decisão. As correntes feministas são fundamentais para compreender e denunciar as desigualdades de gênero na sociedade, reivindicando assim a participação das mulheres não somente como um movimento social, mas também como um movimento político (RAMOS, 2016).

O presente trabalho discute a participação política das mulheres nos espaços de tomada de decisão nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) - Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - à luz de debates teóricos-conceituais das teorias feministas das Relações Internacionais e dos feminismos africanos, tendo como ponto de partida às questões gênero e a representatividade política na diplomacia. Nestes contextos, apesar das mulheres terem tido uma participação ativa nos processos de luta pela libertação nacional contra o colonialismo português, elas não tiveram o reconhecimento desse papel e efetivação de seus direitos de participação política nos Estados pós-coloniais. Assim, durante a formação das primeiras estruturas governamentais dos Estados pós-coloniais, as mulheres foram em grande medida excluídas da participação dessa construção e não ocuparam de maneira representativa os cargos de poder e de tomada de decisão. Isso evidencia que a exclusão das mulheres nos cargos políticos e/ou de tomada de decisão no contexto dos PALOPs foi reforçada após a independência, o que lhe torna um problema contemporâneo que tem urgência de ser debatido (SANTANA, 2009 e SILVA, 2018). A nossa hipótese inicial defende que os países do PALOPs têm um déficit de representação política das mulheres, bem como de participação das mesmas nas carreiras diplomáticas que não condiz com a sua participação nos processos de luta pela libertação nacional.

No que tange à metodologia, a presente pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo. O trabalho é construído com base em uma revisão bibliográfica crítica sobre os feminismos nas RI, os feminismos africanos e a participação política das mulheres nas lutas pela libertação nacional e nos espaços diplomáticos. Destaca-se, no referencial teórico, a obra “Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics” de Cyntia Enloe (2014),

onde a autora faz uma discussão sobre política internacional e feminismos e tem uma análise crítica dedicada especificamente ao papel de esposas que as mulheres geralmente ocupam nos espaços diplomáticos, bem como o livro “Gendering Diplomacy and International Negotiation” de Karin Aggestam e Ann E. Towns (2018), contribuição contemporânea que mostra o alto padrão sexualizado do campo da diplomacia a partir de uma abordagem sobre estudos de gênero, diplomacia e negociação.

Devido à escassez de materiais relacionados aos PALOPs, bem como a pouca transparência na divulgação de dados oficiais de cada um dos países, não foi possível trazer uma sistematização de dados quantitativos sobre a participação política das mulheres nos espaços diplomáticos que poderiam complementar a análise qualitativa do caso. Especificamente sobre a participação política das mulheres nos espaços diplomáticos no continente africano, são fundamentais os trabalhos que vem sendo desenvolvidos no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, dentre os quais destaca-se o de Sara Salvaterra (2019) que fala concretamente sobre a diplomacia contemporânea na África e o de Naentrem Sanca e Enzo Lenine (2020) que aborda o caso das mulheres guineenses.

O artigo se encontra estruturado de seguinte forma: a primeira seção aborda os feminismos nas Relações Internacionais, a segunda seção reflete sobre a participação política das mulheres nos espaços diplomáticos e, por fim, a terceira seção discute o caso da participação das mulheres nos espaços diplomáticos dos PALOPs a partir do enfoque dos feminismos africanos sobre as lutas pela libertação nacional e os Estados pós-coloniais.

2 FEMINISMOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A POLÍTICA INTERNACIONAL COMO ESPAÇO DE PODER MASCULINIZADO

O feminismo é um movimento político, social e identitário que busca promover a defesa da igualdade de direitos na sociedade (VARELLA, 2020). Pode assim ser entendido como um movimento construído por mobilizações e articulações nas quais as mulheres se organizam para lutar contra a violência de gênero, as desigualdades, o machismo e todas as formas de supressão dos direitos das mulheres no mundo. Neste sentido, o movimento feminista tem um desenvolvimento importante na década de 1960 nos Estados Unidos, construindo estrutura basilares que permitem a maior mobilização das mulheres em torno das suas agendas prioritárias (ALVES E ALVES, 2013). Grubba e Monteiro (2017) afirmam que, enquanto uma força, sobretudo política, o feminismo espelha-se nos diversos movimentos que marcaram as

reivindicações das mulheres pelo direito ao voto, sendo o movimento sufragista um dos principais expoentes que viria a ganhar força se consagrando como um dos mais influentes. Para Vianna (2017), o movimento sufragista foi pioneiro na reivindicação dos direitos ao voto das mulheres. É importante notar que o movimento sufragista tem mobilizações importantes desde o século XIX, coincidindo com os debates sobre a educação feminina e profissionalização. A Nova Zelândia foi o primeiro país a aprovar o sufrágio universal e o direito ao voto para mulheres em 1893.

Apesar da proeminência e desenvolvimento significativamente anterior, no campo das Relações Internacionais, as repercussões e incorporação das correntes feministas é um movimento recente que data de pouco mais de três décadas (MONTE, 2013). Nesse sentido, percebe-se que, de modo geral, a disciplina vinha sendo dominada por debates teóricos positivistas que não incorporavam a diversidade epistemológica. É importante notar que as RI tem crescido nas últimas décadas tanto a nível conceitual, como teórico, principalmente após a Guerra Fria, o que vêm possibilitando uma maior incorporação e ampliação de teorias e agendas (HERZ, 1997). De fato, a Guerra Fria abriu novos horizontes nos quais o Estado deixa de ser o único ator relevante para as análises sobre política internacional. Além da emergência da importância analítica de novos atores, ganharam espaço também novas abordagens teóricas no debate e participação na construção de agendas com efeitos no cenário global (CASTRO, 2012). Como dizem Ventura e Kritsch (2017), nesse movimento de ampliação, “o início é geralmente marcado pelas críticas aos métodos, pressupostos e teorias aceitas como tradicionais pelo campo. Com o estabelecimento de suas produções, uma outra fase inicia-se: projetos mais propositivos começam a ser idealizados e colocados em prática” (p. 30).

No âmbito do que as autoras reconhecem como o início de uma nova fase, e dentre os paradigmas emergentes no campo, podemos destacar o feminismo como um movimento teórico e epistêmico. Na perspectiva das teorias feministas, o Estado é um ator que tem fragilizado as lutas das mulheres, através da sua estrutura patriarcal que as coloca na situação de sujeição perante o homem (AZEVEDO, 2016). Perante essa situação, o Estado enquanto forma de organização política hegemônica historicamente construída (FERNÁNDEZ, 2019), é um dos fatores e atores centrais na composição e perpetuação do sistema patriarcal e fragilização da posição das mulheres no sistema internacional.

Além disso, as teorias feministas das Relações Internacionais demonstram que existem diversos fenômenos que levam ao esquecimento das mulheres no cenário internacional, como, por exemplo, o caráter eminentemente masculino do sistema internacional, que é marcado pelas “noções de agressividade, competição e dominação” (SANCA E LENINE, 2022, p.101). De

fato, historicamente as mulheres foram representadas como “frágeis” e “sensíveis”, características que vão em oposição a ordem hegemônica do sistema internacional, retratado como composto por espaços agressivos, de disputas, dominação e poder. Esses fatores como categoria de análise contribuem na compreensão do porquê da subalternização e exclusão das mulheres nesses espaços.

De acordo com Monte (2013), as abordagens que utilizam o gênero como categoria de análise para as Relações Internacionais, têm buscado compreender os desenhos institucionais e legais e como se tem construído e consolidado as regras que definem as assimetrias de gênero nas relações de poder no sistema internacional. Ainda, a autora recorre ao projeto científico das abordagens feministas, que através da dimensão política busca produzir dentro do campo uma perspectiva analítica que possibilita a construção de um conjunto próprio de ideias orgânicas que ajudam não só na edificação de uma sociedade internacional ou nacional mais justa, como também na própria superação de qualquer forma de discriminação de gênero (MONTE, 2013). Nesse sentido, os discursos sobre gênero acabaram por se tornar uma fonte complexa de estruturação do poder e das instituições até atingir as hierarquias, de modo a tornar-se central para a compreensão das Relações Internacionais contemporâneas (Idem.).

3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DIPLOMÁTICOS

As mulheres têm se mobilizado para expandir seus espaços de participação na vida política, ampliar suas vozes e assim combater a estrutura patriarcal enraizada na sociedade. Interessa observar que historicamente as mulheres sempre tiveram menos visibilidade na vida pública. As autoras Maquiné e Ramos (2018), demonstram que antigamente as mulheres tinham um espaço reservado somente na esfera doméstica (remetendo ao papel de cuidar da casa, marido, filhos e etc.). Partindo desse princípio, Oncampo (2020) sustenta que a primazia do controle do mundo é um certame que se encontra desde a antiguidade clássica concentrado predominantemente na mão dos homens, fazendo com que essas relações classificassem as condutas sociais e a própria configuração da sociedade e da política, onde as mulheres eram reservadas a espaços privados da casa, tendo como responsabilidade cuidar da família e de trabalhos domésticos.

Estas afirmações no levam, entre outras questões, a perpetuação de uma estrutura de divisão sexual do trabalho em que a mulher é colocada em espaços de menor visibilidade e tem pouca representatividade nos espaços de tomada de decisão que envolvem aspectos centrais

para as suas vidas como a formação e execução de políticas públicas em prol de causas feministas. Segundo Nunes (2018), a fraca representação das mulheres na política se dá devido a vários fatores, dentre eles a responsabilidade pela educação da família (nos papéis de filhas, esposas e mães), o que faz com que elas mesmas estejam impedidas de exercer o seu próprio direito de participação na sociedade.

Ao pensar sobre a participação e presença política das mulheres, perante a transcendência das suas experiências e habilidades, pode-se afirmar que os paradigmas feministas buscam desse modo a “abertura da expansão de novas ideias para que as mulheres estejam um passo à frente na luta para o alcance da igualdade em relação aos homens na vida política” (SALVATERRA, 2019, P. 39). Desse modo, Salvaterra (2019) diz que,

Uma maior presença da mulher na política, seja ela nacional ou internacional, não só contribui com uma maior democratização no acesso às esferas de poder, como também dá voz às suas demandas e visões sobre os diversos temas tratados, contribuindo com novos pontos de vista e elementos para discussão o que, no mínimo, servem para aprimorar os debates em busca de soluções mais benéficas a um contingente maior da população (p. 39).

As lutas das mulheres por um espaço representativo nas esferas da política doméstica e internacional tem como aspecto central a busca pela igualdade de oportunidades e equilíbrio de poder. Sendo assim, Mendes (2011), ao analisar a participação política das mulheres, diz que se deve levar em conta três aspectos que são fundamentais para uma análise crítica: o primeiro é encarar as instituições políticas como espaços patriarcais de exclusão da mulher, o segundo é estudar os padrões culturais que determinam o espaço político como masculino, inibindo assim, a ambição política entre as mulheres e, por fim, o terceiro é enfatizar os aspectos estruturais do papel da mulher e do homem na esfera privada e na esfera pública, tornando as mulheres mais ocupadas para não usufruir dos seus direitos e acesso aos recursos necessários ao ingresso na carreira política.

De acordo com Salvaterra (2019), existe uma indagação sobre a invisibilidade da presença das mulheres na política, colocando assim a demanda de questionamento da sub-representatividade. A autora diz que a representatividade é um meio através do qual os interesses dos indivíduos são colocados em pauta, e são mobilizados por uma pessoa no universo político. A partir disso, é possível destacar que nos campos de caráter decisório, é fundamental que as mulheres ocupem espaços para debater de forma assertiva as políticas públicas em nome de outras mulheres que não se encontrem presentes. Desse modo, é central entender que “a política da presença é necessária nesse âmbito, pois possibilita que as mulheres

possam expor as suas demandas, cujas especificidades são diferentes dos homens” (SALVATERRA, 2019, p. 39). Nesse sentido, os/as pesquisadores/as seguem desenvolvendo suas perspectivas sobre a repercussão das incertezas de gênero em relação ao direito das mulheres, assim como o debate da igualdade de gênero nos locais de trabalho, sobretudo, as políticas de conscientização e empoderamento que várias mulheres vêm buscando embrenhar em locais públicos, no sentido de haver “uma maior visibilidade e quebra de paradigmas” (SALVATERRA, 2019, P.40). Nesses preceitos, buscam as suas ascendências e “empoderamento”, representando a estrutura do “papel de mulher no sistema global” (Ibidem.).

De acordo com Mendes (2011), a “relação de gênero” é bastante interiorizada. Por esse motivo, independentemente das barreiras categóricas utilizadas para que as mulheres se assemelhem aos homens profissionalmente, é normal que elas se preservem diante dos desafios. De fato, algumas delas têm se restringido perante as suas áreas de execução e/ou desempenho. Isto está associado a questão de (in)seguranças como estratégia de proteção, ou pelo medo de serem apagadas devido às estruturas e culturas organizacionais dos “espaços políticos”. Amparo e Moreira (2021), em “A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero”, afirmam que as diversas formas de exercer o poder, seja ele público ou privado, dependem da preparação, validação e reprodução do manuseio das reflexões e corpos das mulheres, assim como dos fundamentos do que é feminilidade e masculinidade.

Para além do “fator relações de gênero, os termos raça e classe também influenciam e variam de acordo com as projeções e lugares de fala de diversas mulheres” (SALVATERRA, 2019, p. 41). Segundo Rezende (2015), uma das principais causas por detrás da fraca participação das mulheres nos lugares de poder e de tomada de decisão, tanto nos espaços públicos como privados, estão relacionados com às questões de raça, que colocam uma parcela das mulheres ainda em maior desvantagem quanto a ocupação desses espaços. A autora mostra que, ao falar sobre mulheres, não se deve levar em conta somente questões de desigualdade de gênero, mas também questões relacionadas às dinâmicas raciais, uma vez que as mulheres negras estão sempre em desvantagens. Essas contribuições apontam para a pluralidade de abordagens feministas desenvolvidas com base no pressuposto de que as mulheres enfrentam desafios diferentes também entre elas.

Especificamente em relação à arena internacional, a participação das mulheres está associada a funções com menos visibilidade, ou então ao desempenho de papéis secundários. Esse é o caso do papel de esposas de diplomatas discutido por Enloe (2014) no capítulo “Diplomatic and Undipomatic Wives” que integra seu livro “Banana, Beaches and Bases” que é considerado um marco nas abordagens feministas das Relações Internacionais, na ampliação

da visão sobre a política internacional e as formas de circulação internacional de poder. Enloe afirma que “as relações entre governos dependem não apenas de capital e armamento, mas também do controle das mulheres como símbolos, consumidoras, trabalhadoras e consoladores emocionais” (2014, p. xxii) Alguns dos espaços majoritariamente ocupados pelas mulheres que englobam as pautas internacionais e transnacionais são a prostituição, exploração sexual e da força de trabalho, que acontecem principalmente nas grandes metrópoles dos países desenvolvidos (ENLOE, 2014).

No capítulo, Enloe fala sobre a ascensão de três mulheres - Madeline Albright, Condoleezza Rice, Hillary Clinton – que foram secretárias influentes dos Estados Unidos da América e influenciaram o questionamento da noção patriarcal da diplomacia como espaço masculinizado. Essas três mulheres estavam destacadas no cenário internacional, mostrando uma preocupação com que houvesse mais inclusão e participação das mulheres em cargos públicos. Desse modo, elas promoveram a visão das mulheres como parte dos cargos públicos, e não só de espaços privados, levando a um fenômeno de maior nomeação de mulheres para ocuparem estes espaços.

No caso das esposas de diplomatas, embora esse seja tido como um papel secundário, Enloe mostra como essas mulheres são responsáveis centrais pelo sucesso dos seus companheiros. A concepção sobre o Estado patriarcal evidencia que o comando das relações internacionais entre os governos confia às mulheres os papéis de esposas, dando a entender que o casamento é apenas doméstico, porém, o mesmo é nacional, assim como internacional. Isso faz com que a política de gênero dos casamentos tenha uma ligação central com a política internacional. Assim, o próprio sistema internacional rotula o papel das mulheres, atribuindo-as a função de esposas, tirando delas a oportunidade de participar daquilo que seria a ocupação de espaços públicos que envolve a gestão estatal e de organizações internacionais (ENLOE, 2014).

De acordo com Aggestam e Towns (2018) em “Gendering Diplomacy and International Negotiation”, “um dos padrões mais marcantes da diplomacia contemporânea é a sobre representação dos homens e a sub-representação grosseira das mulheres em posições diplomáticas e de negociação de alto nível” (p.1). Ademais, as autoras dizem que é difícil encontrar mulheres na liderança diplomática, sendo que em casos nos quais as mulheres têm ocupado altos cargos, as mesmas têm que se adaptar a princípios e condutas masculinas (Idem.). Essas situações exteriorizam um modelo de “masculinidade hegemônica”, exemplificando na prática como as mulheres desde sempre precisavam passar por vários processos para se

tornarem diplomatas, e que mesmo que elas acompanhassem seus maridos em missões, ainda assim elas só estariam exercendo cargos de secretárias e afins (Idem.).

As principais funções sociais das esposas nesses eventos eram proporcionar um ambiente agradável, assim como desempenhar relações afetivas importantes para as negociações lideradas pelos seus maridos diplomatas. As mulheres que casavam com diplomatas automaticamente deveriam contribuir para a missão do seu marido, porém, sem remuneração nenhuma (ENLOE, 2014). Esses eventos marginalizam e subalternizam as mulheres e, de certa forma, as obrigam a assumir cargos secundários com menor probabilidade de projeção. Nesses preceitos, é plausível destacar que a diplomacia reproduz um modelo “heterossexual” de casamento tradicional. A autora Enloe faz-nos refletir sobre o ser uma mulher, expondo assim que a história referente a política de casamento exerce um papel definitivo no que tange a abertura ou fechamento de portas para as mulheres na diplomacia.

Assim desde que as mulheres sejam vistas - por políticos, diplomatas de carreira, editores de mídia e outras mulheres - primeiro e principalmente como esposas, as barreiras sexistas permanecerão altas e a normalização da diplomacia masculinizada permanecerá enraizada (ENLOE, 2014, p. 177).

Na mesma linha da visão da diplomacia como espaço masculinizado, Aggestam e Towns dizem que, “de fato, as próprias práticas e instituições da diplomacia eram e continuam a ser discriminadas por sexo” (AGGESTAM E TOWNS, 2018, p. 9). Reforçando essa tese, Mendes (2011) afirma que tanto na carreira diplomática, como na carreira política, observa-se que mesmo que as mulheres tenham adquirido direitos formais iguais aos dos homens, elas continuam até os dias atuais sub-representadas nesses espaços que permanecem sendo espaços masculinizados. Ela afirma ainda que essa desigualdade vai além do ingresso na carreira, tendo em vista que para as mulheres sempre foi difícil obter posições elevadas também dentro da carreira (Idem.).

Em contrapartida, Karberg (2015) enfatiza que os ambientes políticos têm sido reestruturados, fazendo com que as mulheres ganhem força no que tange a tomada de decisões políticas. No entanto, Karin Aggestam e Ann E. Towns (2018) apontam que, mesmo que nas últimas décadas haja um número significativo de mulheres que participam nas esferas políticas e de gestão pública, os resultados demonstram que ainda existe um baixo índice de representação política inclusiva e de igualdade de gênero. Efetivamente, os homens representam aproximadamente 77% de assentos parlamentares à nível global e 90% dos chefes de governo ou de Estado são homens (Idem.). Segundo dados sobre a representação das

mulheres em espaços políticos e de tomada de decisão da Organização das Nações Unidas para as Mulheres (ONU Mulheres), em janeiro de 2020 apenas 6,6% dos chefes de Estado e 6,25% dos chefes de governo são mulheres, 20,5% das presidências de parlamento e 25,3% de suas vice-presidências são ocupadas por representantes femininas. Observa-se que em todos os continentes têm-se observados cenários como esses, mas existe uma variação onde as mulheres representam 16,6% dos/as parlamentares no Oriente Médio e 43,9% nos países nórdicos (ONU Mulheres, 2020). Na mesma linha, Towns e Niklasson (2018) apontam que na diplomacia a perspectiva não é diferente para a cargo de embaixadoras. Elas estão representadas da seguinte forma: 25% na América do Norte, 18% pela América do Sul 14% pela Europa, 17% pela África, 6% pelo Oriente Médio, 10% pela Ásia e 25% pela Oceania.

Diante desses dados, pode-se afirmar que as esferas políticas e de tomada de decisão ainda são espaços masculinizados, o que torna importante repensar as políticas de igualdade de gênero nesses ambientes. Presume-se assim, que a hegemonia do sistema patriarcal fez e tem feito com que o aprendizado referente ao campo da política internacional seja edificado de acordo com a perspectiva masculina, fazendo com que as mulheres tenham sido sistematicamente excluídas. Essa exclusão contribuiu para o descrédito das mulheres para a ocupação de altos cargos dentro das instituições devido ao complexo de superioridade que é constituído nesses universos. Contudo, Aggestam e Towns (2018) também alegam que esses índices têm progressivamente mudado, uma vez que as mulheres têm cada vez mais conquistados espaços públicos e de tomada de decisão. Ressalta-se que as mulheres têm crescentemente desempenhado diversas funções nas Relações Internacionais, tendo em vista a sua capacidade de oferecer contribuições decisivas, principalmente nas áreas emergentes como é o caso de questões ligadas à “segurança, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento e entre outros” (SALVATERRA, 2019, P.40). Desse modo, é importante lembrar que,

Do ponto de vista para as relações internacionais e diplomacia “a atuação da mulher pode oferecer grandes e decisivas contribuições, principalmente no que diz respeito à segurança, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, entre outros”. O que quebra com a idealização do homem, como ator principal da guerra, e da necessidade do uso da guerra para resolução dos conflitos internacionais, como se fazia no passado, em que se preconizava o uso da força como fator essencial, na obtenção de seus interesses e manutenção da sua segurança enquanto Estado (SALVATERRA, 2019: p. 40-41 Apud. BALBINO, 2011, p. 51).

Dessa forma, nota-se que a participação das mulheres nessas áreas tidas hegemonicamente como masculinas, representa a quebra dos paradigmas tradicionais das Relações Internacionais e do campo da Ciência Política de forma geral. É importante ressaltar

que essa conquista foi resultado das reivindicações das correntes feministas e das lutas dos movimentos sociais de mulheres cujas pautas foram também a desmistificação da hegemonia masculina nos campos de poder.

Cabe dizer que as questões acima mencionadas contribuem para a fraca representação feminina nos espaços de tomada de decisão. De forma paralela, podemos notar que existem alguns fatores externos culturais que demarcam o “papel social da mulher, organização dos partidos políticos assim como as concepções patriarcais que ainda existem em grande escala” (MENDES, 2011, p. 27). Percebe-se que o estereótipo feminino como associado às esferas do doméstico, privado e local, é um dos maiores empecilhos para o ingresso das mulheres na carreira diplomática. O mesmo era um empecilho não só para o trabalho relacionado à força, mas também, aos trabalhos referentes às negociações. Isso implica dizer que o estereótipo feminino, concretamente as mobilizações em torno do conceito de gênero, complicou e permanece complicando muito a vida das mulheres no que tange a ascensão das mesmas em espaços de tomada de decisões (MENDES, 2011).

Na maioria dos países ao redor do mundo, o campo diplomático sempre foi predominantemente marcado pela presença maciça de homens em detrimento das mulheres (SANCA & LENINE, 2022; MENDES, 2011). Isso nos leva a questionar os critérios aplicados para escolha e, conseqüente, exclusão das mulheres nesse espaço importante, que tem tratado ao longo dos anos de questões, agendas e pautas que impactam diretamente nas vidas das mulheres. Todavia, para além da inclusão de agendas e pautas que tratem da igualdade de gênero, existe cada vez mais a necessidade de se incluir novos atores, para que seja assegurada a garantia dos direitos e uma distribuição de forma justa e, sobretudo, equitativa dos postos de representação.

Nos cargos de maior relevo, assiste-se, entretanto, a um avanço tímido. Por sua vez, isso nos permite inclusive identificar os obstáculos políticos que invisibilizam o empoderamento das mulheres que cada vez mais têm buscado ocupar esses espaços que lhes foram vedados. Balestero (2018) mostra que "a manutenção da estrutura patriarcal é refletida também no campo político onde é dificultado o acesso das mulheres nas esferas públicas institucionais" (p. 9). Já Sanca e Lenine (2022) relembram que a diplomacia é um espaço masculinizado, caracterizado por algumas normas, ritos e tradições. Então, a baixa representação feminina na política, assim como em lugares de tomada de decisão, está atrelada as estruturas desiguais de gênero que têm persistido até os dias atuais nas sociedades.

Em forma de síntese, os argumentos apresentados até aqui evidenciam que a participação política das mulheres, principalmente no acesso aos cargos diplomáticos, tem

enfrentado diversos obstáculos. Embora a literatura demonstre alguns avanços, ainda há grandes desafios a serem superados para que a igualdade de gênero se concretize. Isto é, para que haja uma equidade entre homens e mulheres, é preciso de políticas públicas assertivas que não só sejam refletidas em termos quantitativos, mas também qualitativos, capazes de proporcionar uma melhoria no índice de participação das mulheres nos espaços políticos tanto no cenário doméstico como internacional. Ademais, podemos constatar que as políticas públicas desenvolvidas para pôr frente ao patriarcado na sociedade, têm sido insuficientes já que essa estrutura ainda prevalece em todas as áreas do conhecimento ligados à arena internacional, inclusive na participação das mulheres na diplomacia.

4 O CASO DOS PALOPS

A análise sobre a participação política das mulheres na diplomacia, concretamente nos países dos PALOPs - Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - necessariamente inclui o papel determinante que diversas mulheres tiveram durante os processos de luta pela libertação nacional, e que posteriormente foram invisibilizadas e silenciadas nas configurações dos Estados pós-coloniais. No entanto, como evidenciaram as abordagens das pesquisadoras feministas na arena global discutidas anteriormente, as desigualdades de gênero e, especificamente, a ausência das mulheres nos espaços de tomada de decisão, não são fenômenos isolados dos países membros dos PALOPs.

O caso da intersecção entre mulheres e diplomacia nos PALOPs remete também à importância de resgatar a diversidade das correntes feministas, bem como as contribuições dos feminismos africanos. Desse modo, ao referirmos sobre os feminismos no continente africano, cabe destacar, de um modo geral, que as experiências sobre o conceito e suas definições são múltiplas, e podem ser distintas a depender de agendas, bem como da localização geográfica e geopolítica. De acordo com Santos (2021), nos dias atuais, os feminismos no continente africano estão em vanguarda por meio de criações e ações de experiências de militância que afetam também as estruturas organizacionais e institucionais. Dentre as mulheres que tem protagonismo contemporâneo nessa luta estão Chimamanda Ngozi Adichie, Joyce Banda, Leymah Gbowee e Simphiwe Dana, que vêm inspirando outras mulheres a assumir esses espaços de lutas pela igualdade de gênero no continente. Cabe destacar que algumas organizações feministas também vêm se destacando nessas lutas e mobilizações, dentre elas o *African Feminist Forum* e o *African Gender Institute*.

Mina Salami (2017) aponta que, no cenário africano, o feminismo teve o seu início somente no século XX, através de mulheres ativistas como Charlotte Maxeke, Huda Sharaawi ou Adelaide Casely-Hayford, que lutou implacavelmente pelos direitos das mulheres na Serra Leoa. A autora aponta que os feminismos africanos tiveram a sua égide nas lutas de libertação de alguns países africanos como no caso de Angola, Argélia, Quênia, Moçambique e Guiné Bissau, nos quais as mulheres guerrearam contra a autocracia dos colonizadores portugueses, confrontando também o patriarcado, procurando a autonomia (liberdade) e ajustes de seus direitos ao lado dos homens. Desse modo, tiveram destaque nesse período mulheres como “a rebelde Mau-Mau Wambui Otieno, as lutadoras da liberdade Lilian Ngoyi, Albertina Sisulu, Margaret Ekpo e Funmilayo Anikulapo-Kuti entre muitas outras que lutaram não só contra o colonialismo, mas também o patriarcado”, (SANTOS, 2021). Eis a razão pela qual os feminismos africanos contemporâneos se consolidaram sobretudo no decorrer da década das mulheres (1970), anos em que estavam ocorrendo as lutas pela libertação nacional dos países africanos. Steady (1981) define feminismo africano como um grupo que distingue a independência feminina e cooperação, “a natureza em detrimento da cultura, a centralidade das crianças, a maternidade múltipla e consanguinidade” (apud TELO, 2017, p. 2).

Importa salientar que as mulheres no continente africano enfrentam inúmeros problemas no que diz respeito às questões de gênero e à exclusão sistemática dos espaços de tomada de decisão. De acordo com os autores Calheiro e Oliveira (2018), essas problemáticas têm persistido devido aos efeitos da colonização. Da mesma forma, algumas autoras como Florita Telo (2017) e Minna Salami (2017), afirmam que a exclusão sistemática das mulheres no continente africano remete ao passado colonial. As autoras advogam ainda que não existe somente um tipo de feminismo, e que estes vão variar a partir das suas próprias experiências e agendas. E, não menos importante, os feminismos no continente africano vão ser inspirados pelas mulheres que lutaram junto com os homens nas lutas armadas de libertação nacional, inclusive ressignificando a própria conceitualização do feminismo. Em suma, pode-se entender que os feminismos no continente africano, estão enraizados nas lutas de libertação dos países africanos.

É a partir desta perspectiva que abordaremos a participação política das mulheres nos Estados pós-coloniais dos países dos PALOPs, evidenciando de que modo a participação dessas mulheres na luta de libertação dos seus países foram politicamente refletidas nesses Estados. As lutas de libertação nacional dos PALOPs tiveram grandes referências femininas, dentre as quais se destacam mulheres como Lucrecia Paím, Engrácia Santos, Irene Cohen e Teresa

Afonso que participaram do processo de conquista da independência de Angola (GASPAR, 2011).

Em Angola, Batsikama (2016) afirma que as mulheres tiveram uma participação ativa na luta de independência, não só na luta de libertação nacional, mas também nas forças armadas, na administração pública e na celebração da paz. É de salientar que essas mulheres não só lutaram na guerra, mas também criaram estratégias para que houvesse a libertação do continente (BATSİKAMA, 2016). Nesse sentido, Lucas (2021) afirma que o desenrolar do processo da luta de libertação de Angola contou com presença de três associações partidárias de mulheres: a Organização da Mulher Angola (OMA) do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Liga Independente de Mulheres Angolana (LIMA) da União Nacional para a Total Independência de Angola (UNITA) e a Associação das Mulheres Angolanas (AMA) da Frente Nacional de Luta de Angola (FNLA). Cabe salientar que, dentre essas associações partidárias, a AMA (Associação das Mulheres Angolanas) foi uma das principais, porque esteve presente em todas as operações realizadas pelo Exército Nacional de Libertação de Angola (ELNA), demonstrando a potência dessa associação e das mulheres que ajudaram na luta de libertação de Angola como é o caso de Catarina, primeira mulher no comando da ELNA (LUCAS, 2021).

De acordo com Carvalho (2018) na Guiné-Bissau, Carmem Pereira se “tornou uma das primeiras líderes do movimento e uma das pessoas essenciais no processo de descolonização, tornando também um marco feminino nas lutas pela liberdade em África” (p. 29). Por outro lado, a mesma autora faz referência a Teodora Inácia Gomes, foi “uma figura importante em todo processo de libertação de Guiné Bissau e Cabo Verde, além de auxiliar na busca pela emancipação feminina em África” (p. 31), e, Paula Fortes, “começou a trilhar o caminho como ativista da independência desde os 16 anos quando mobilizou a escola Piloto contra o sistema colonial, a qual, durante as guerras, despenhou funções de extrema importância no setor da saúde, e também em outros meios, foi uma das principais vozes feminina contra o sistema colonial” (p. 32.). Essas três mulheres tiveram também grandes atuações durante a luta de libertação de Cabo Verde.

De acordo com Gomes (2013), foi apenas em 1956, quando foi criado o movimento de libertação, que as mulheres guineenses começaram a ser reconhecidas na vida política, assim como na vida civil. O movimento conduziu o processo de independência, estabelecendo assim políticas de igualdades entre homens e mulheres, proporcionando as mulheres a liberdade de usufruírem dos mesmos direitos que os homens. As mulheres em Guiné-Bissau tiveram um papel ativo no que tange a luta de libertação do país, ocupando o papel de enfermeiras do partido PAIGC e na linha de frente do combate (GOMES, 2016). A autora diz ainda que o PAIGC fez

várias promessas sobre a melhoria de vida para as mulheres e que depois da independência do país muitas coisas iriam mudar, principalmente em assuntos referentes à igualdade de gênero. No entanto, as promessas não se concretizaram após a independência, o que provocou insatisfação por parte das mulheres em relação ao partido (Idem.).

Em Cabo Verde, as mulheres também estiveram presentes de forma ativa na luta de libertação do país, algumas delas ligadas diretamente ao combate, outras cuidando dos feridos da guerra, outras ainda atuando na educação, ensinando meninos e meninas que se encontravam no local, fazendo-os entender a sua história (CARVALHO, 2018). É de salientar que a participação das mulheres na luta de libertação foi fundamental porque contribuiu na mudança de mentalidade da sociedade, assim como na conscientização da mesma sobre o papel da mulher (CARVALHO, 2018).

A semelhança dos demais PALOPs, Santana (2009) diz que em Moçambique, durante a luta de libertação, as mulheres tiveram um papel importante na área de defesa. Assim, as mulheres moçambicanas tiveram um desempenho ativo no campo militar através de um grande destacamento feminino e contribuíram de forma efetiva também no campo político. De acordo com Silva (2020), em Moçambique as ações anti-coloniais foram comandadas pelas mulheres, principalmente em zonas rurais, fazendo a mobilização da população, instigando compreensões políticas da guerra e aderindo aos movimentos. A autora destaca ainda que a anuência das mulheres moçambicanas em movimentos contra a colonização precedeu a luta armada, já na época em que junto aos estudantes do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) foi composto um grupo de pessoas iniciantes para a criação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Nessa altura, muitas mulheres participaram na luta de libertação, mas sofreram também da perpetuação de atitudes machistas e violentas: muitas vezes elas eram vistas como fonte de prazer sexual para guerrilheiros e submetidas ao controle de sua força de trabalho por parte de alguns chefes tradicionais, os quais também controlavam o acesso dos homens às mulheres a partir da visão das mulheres como fracas e inaptas ao treinamento militar (SILVA, 2020).

No caso de São Tomé e Príncipe, as mulheres também participaram de forma ativa desde antes da luta colonial, fazendo várias manifestações que contribuíram decisivamente para que houvesse a independência do país. Em 1974 foi criada uma associação para dar apoio as mulheres nesse processo, a MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) que permanece até os dias atuais como um partido político (SANTOS, 2015). Porém, após a luta pela independência do país, essas mulheres foram excluídas, deixando assim de ocupar cargos

políticos e de tomada de decisão, através do argumento recorrente de elas não terem potencial para tal (BARBOSA, 2018).

De acordo com Meneses (2019), “as mulheres que se querem libertar a elas e os homens que querem libertar o país, um país onde a libertação da mulher não acontece” (s/p), apontando que as mulheres tiveram um papel fundamental em todas as áreas, através de desenvolvimento do pensamento nacionalista em Angola, ou nas igrejas, como aconteceu em Moçambique, “de participarem na angariação de fundos para os movimentos, na passagem de informação ou no apoio aos órfãos e viúvas” (s/p). Contudo, após a independência, elas não foram reconhecidas como figuras importantes para participar da estrutura do governo do Estado pós-colonial. Dessa forma, podemos concluir que esse não reconhecimento e possibilidade de participação ativa na vida política do Estado pós-colonial advêm de uma herança cultural patriarcal do colonialismo português. Dessa forma, a exclusão das mulheres africanas, concretamente nos PALOPs após a independência nos cargos políticos e ou de tomadas de decisão é um problema a ser debatido, porém essa temática e a menção às mulheres tem sido reconhecido pelos dirigentes desses países, apenas quando existe uma data importante ou comemorativa.

Dessa forma, apesar das diferenças que existem entre os PALOPs, esses países possuem em comum o fato de que a presença das mulheres nas lutas de libertação nacional não se refletiu na participação política das mulheres nos Estados pós-coloniais, fundamentado num discurso patriarcal de que as mulheres são frágeis e não estão qualificadas para exercer funções executivas no setor público. Além disso, para Cahen (2015), uma das grandes semelhanças entre os PALOPs é o fato de que os partidos únicos estão presentes até os dias atuais, o que não possibilitou uma alternância no poder que pudesse avançar algumas agendas, como é o caso da participação das mulheres na política. Podemos entender que após os processos de luta de libertação dos PALOPs, os Estados fizeram poucos investimentos no que tange a garantia de uma educação de qualidade, inserção no mercado de trabalho ou mesmo representatividade e aumento da participação em espaços públicos. Percebe-se que tudo isso não está ligado somente ao Estado, mas também à discursos tradicionalistas, através de falas machistas.

O debate sobre a diplomacia nos Estados pós-coloniais tem uma ligação forte com a diplomacia contemporânea, que apesar de algumas evoluções, é construída com base em uma estrutura política dos Estados composta pela baixa participação política das mulheres. Assim, durante os movimentos de libertação dos países de PALOPs, e, após a independência, não houve planejamento para a inclusão das mulheres nas funções diplomáticas. Além disso, existem poucos registros das principais mulheres que comandaram os destacamentos femininos desses movimentos nos processos de luta de libertação armada, bem como nos processos de

negociação de parcerias, o que reforça aqui a tese da exclusão das mulheres e silenciamento de suas histórias políticas.

Os principais fatores que estão por detrás das dificuldades e inserção das mulheres nas esferas públicas ou políticas, concretamente nos cargos de tomada de decisão, são fatores históricos relacionados ao colonialismo e a perpetuação de estruturas coloniais nos Estados dos PALOPs. A inserção tardia das mulheres na diplomacia é resultado também da estrutura patriarcal, do preconceito e a discriminação das mulheres, e de suas aparências, sendo fatores importantes para fazer com que o corpo feminino seja invisibilizado dentro do campo da diplomacia (NUNES, 2018 e SALVATERRA, 2019).

No caso da Guiné-Bissau em particular, Sanca e Lenine (2020) afirmam que as dificuldades enfrentadas por essas mulheres são, entre outras, ligadas a questões do baixo nível de escolaridade, um empecilho importante para que elas ingressassem na carreira diplomática. No caso guineense, de acordo com os dados do Instituto Nacional de estatística de Guiné-Bissau (2017) (apud Sanca & Lenine, 2020), as mulheres têm uma situação precária: “enquanto a taxa de alfabetização dos homens entre 15 e 24 anos foi de 70,4% em 2014, a taxa para mulheres na mesma faixa etária e no mesmo período foi de 50,5% (p.54)”. Nesse contexto, é possível afirmar que a fraca participação das mulheres nos cargos diplomáticos está ligada também com as questões de educação e capacitação. Sanca e Lenine (2020) também mencionam como a discussão sobre a inclusão das mulheres na diplomacia, deve ter como marco histórico os processos coloniais e o período antes da independência do País. A autora mostra-nos que, além das mulheres guineenses terem um passado colonial desestruturado no que tange ao gênero, também arcaram com uma dupla relação de subordinação – o patriarcado e a colonização.

Assim, é possível aproveitar o caso da Guiné-Bissau para constatar que nos países dos PALOPs de modo em geral, as mulheres passaram e têm passado por dificuldades muito semelhantes no que se refere a inclusão feminina nos cargos de representação diplomática e de tomada de decisão de forma geral. Como forma de explicação desse fenômeno, destaca-se decisivamente a arquitetura estatal herdada desde o período colonial que prevalece até os dias de hoje. No caso dos PALOPs, a presença feminina na diplomacia ainda é um desafio, pois estes estados até então não conseguiram romper com as estruturas patriarcais estabelecidas, desde o período colonial. Esse fato aponta para a urgência de repensarmos as estratégias de nomeação e concursos para cargos diplomáticos que devem ser acompanhadas por políticas públicas comprometidas com a promoção da participação política das mulheres nesses Estados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas nas relações de gênero e poder se constituíram, ao longo dos últimos anos, em um dos principais campos de estudo das Relações Internacionais. Estes, para além de problematizar às desigualdades de gênero, têm buscado apontar caminhos de superação das mesmas nas sociedades contemporâneas. Ainda que este seja hoje um debate recorrente, nunca foi tão necessário falar sobre a participação das mulheres na política e nas esferas de tomada de decisão de âmbito doméstico e internacional. No caso do espaço diplomático dos PALOPs, essa importância é reforçada frente à escassez de produções a esse respeito.

Com base nas discussões teóricas dos feminismos e no caso empírico dos países africanos de língua oficial portuguesa, concluiu-se que, mesmo que existam alguns avanços em termos de participação política, as mulheres ainda não têm muito a comemorar, uma vez que a participação política delas nos processos de luta pela libertação nacional não se refletiu nas estruturas dos Estados pós-coloniais. Esta pesquisa procurou discutir - partindo da questão de gênero - a participação política das mulheres nos espaços representativos e de tomada de decisão nos PALOP, por meio de debates teóricos-conceituais das teorias feministas das Relações Internacionais e, especificamente, do continente africano. As mulheres, apesar de terem tido uma participação ativa nos processos de luta pela libertação dos seus países contra o jugo colonial português, não tiveram um reconhecimento desse papel em termos de efetivação de direitos políticos, principalmente porque durante a formação das primeiras estruturas governamentais dos Estados pós-coloniais, elas foram em grande medida excluídas da participação dessa construção quanto à ocupação efetiva dos cargos de poder.

As mulheres permanecem sendo minoria, sobretudo nos assuntos que envolvem a política externa dos seus países, porque não houve a construção de uma estrutura que favorece a inserção equilibrada entre homens e mulheres nos cargos políticos e diplomáticos. Além disso, percebeu-se que existem alguns cargos e ou postos que parecem ser cativos dos homens, ou seja, que têm uma maior predominância masculina em detrimento das mulheres. Esse cenário reforça a necessidade de se repensar formas mais pragmáticas de possibilidades de efetivar uma maior inclusão e permanência das mulheres em cargos e carreiras de Estado. Essa nova política deve necessariamente se basear na promoção de relações de igualdade e representatividade para que homens e mulheres tenham os mesmos privilégios e poder de decisão.

A partir das abordagens feministas africanas e das RI, conclui-se que as mulheres precisam ter representatividade também nos espaços diplomáticos para que possamos construir um sentido feminista e africano da política internacional (Enloe, 2014) e combater a

perpetuação do patriarcado no sistema internacional e nos Estados pós-coloniais. Assim, a expectativa é que este trabalho contribua para a reflexão sobre a importância de as mulheres africanas ocuparem cargos diplomáticos, bem como para a forma como elas enfrentam problemas relacionados ao patriarcado e ao machismo e a permanência de relações coloniais em suas sociedades. Trata-se, sobretudo, de um debate que sobre a subalternização e violência dos corpos femininos em espaços públicos dos Estados pós-coloniais das PALOPs, envolvendo questões como a pouca presença ou até, algumas vezes, total ausência de mulheres em cargos de relevância, como é o caso da diplomacia.

Referências

AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann E. (eds.). **Gendering Diplomacy and International Negotiation**. Londres: Palgrave MacMillan, 2018.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. **As Trajetórias e lutas do Movimento Feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. 2013; p. 1 a 9.

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos do; MOREIRA, Julia Ertino. A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, v. 22, 2021, p. 1-17.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. **O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista**. UFMG. 2016. P 1 a 9.

BALESTERO, Gabriela Soares. Feminismos e Espaço Público: Mulheres na Diplomacia Brasileira. **Gênero**, Niterói, v.19, n. 1,2018, p.110-129.

BARBOSA, Heyma Lopes Neto. **A participação das mulheres santomenses na vida política no período de 1991 a 2018**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018, p.1-26.

BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**, n. 25, 2016.

CAHEN, Michel. Pontos Comuns e Heterogeneidade das Culturas Políticas nos PALOPS: Um ponto de vista “pós-póscolonial”. **História: Questões & Debates**, v. 62, n.1, p. 19-47, 2015.

CALHEIRO, Ineildes; OLIVEIRA, Eduardo David. Igualdade ou Desigualdade de gênero na África? pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 6, 2018, p. 93-110.

CAROLINA, Dantas Nogueira. Os atores sociais e a teoria das relações internacionais. 2011. **3º Encontro Nacional ABRI**, 2011.

CARVALHO, Gleiciane Brandão. A Participação das mulheres na construção da história de Cabo Verde. São Luis, 2018, p. 1 A 36. Disponível em: <https://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/Gleicine-cartilha.pdf>. Acesso em 2 de junho de 2022.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e Seus Epistemicídios. In. URT, João N., SELIS, Laura, LAGE, Victor C (Org.) Dossiê: Teoria das Relações Internacionais no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v.8, n.15, 2019, p. 458-485.

FLORENTINO, Karoline. **Representatividade das mulheres na política**. Portal Politize, 2016. Disponível em : <https://unale.org.br/representatividade-das-mulheres-na-politica/>. Acesso em 2 de junho de 2022.

GASPAR, Esperança. Angola recorda "mulheres de armas" da libertação nacional. **Voa Português**, 2011. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/article-03-13-2011-angola-heroinas-117925209/1259755.html#:~:text=Em%20Angola%20neste%20m%C3%AAs%20recordam,para%20a%20conquista%20da%20independ%C3%Aancia>. Acesso em 2 de junho de 2022.

GOMES, Patrícia Godinho. Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses”. **Buala**, 2013. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-o-contributo-das-mulheres-guineenses>. Acesso em 2 de junho de 2022.

GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere**, v. 1, n. 1, p. 121-145, 2016.

GRUBBA, Leilane Serratine; MONTEIRO, Kimberly Farias. A Luta das Mulheres pelo Espaço Público na Primeira Onda do Feminismo: de Suffragettes às Sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

HERZ, Monica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 40 n. 2, 1997.

KARBERG, Sindy. Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique. **Karma Digital**, 2015, p.1-22.

LAGEMAN, Catarina; CHORA, Miguel. Liberalismo nas Relações Internacionais. **Orbis**, v. 101. Disponível em: <https://orbisirsa.pt/liberalismo-nas-relacoes-internacionais/>. Acesso em 2 de junho de 2022.

LENINE, Enzo. SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, 2022, p. 100-124.

LUCAS, Olimpia Iango. **A Participação da mulher na luta pela Independência em Angola (1961-1975)**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021, p. 1-26.

LUSA. Papel da mulher nas lutas de libertação foi silenciado pelos próprios movimentos. **Diário de Notícias**, 20219. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/papel-da-mulher-nas-lutas-de-libertacao-foi-silenciado-pelos-proprios-movimentos-10931418.html>. Acesso em 2 de junho de 2022.

MAQUINÉ, Diana Maria Gomes; RAMOS, Tereza de Sousa. A diplomata Maria Jose de Castro Rebello Mendes e o papel político representativo da mulher. **Anais do Evento: III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia**, 2018; pág. 1-18.

MENDES, Marina Macedo. Gênero e Relações internacionais – a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. Universidade De Brasília – UNB Instituto de Relações Internacionais XII Curso de Especialização em Relações Internacionais. 2011.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para Relações Internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, 2013, p. 59-80.

MOURATO, Isabel C. dos S. D. da C. **A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP: Contributos do Ensino Superior Politécnico**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011, p. 1-230

NUNES, Marta Barbosa da Costa. **Ascensão Política das Mulheres: São Tomé E Príncipe – Brasil**. Universidade de São Paulo, 2018, p. 1-261.

ONCAMPO, Locarine Udulciene Mendes. **Representatividade das Mulheres Africanas nas Conferências Mundiais da Mulher (1975-1995)**. Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020, p. 1-57.

PEREIRA, Manuela Gomes. **Representação das Mulheres nos altos cargos da tomada de Decisões da ONU: caminhando para uma paridade de gênero?** Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020, p. 1-71.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no Poder e na Tomada de Decisões**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_decisoes.pdf. Acesso em 2 de junho de 2022.

SALAMI, Minna. Uma Breve História do Feminismo. **Jornal do Ondjango**, 2017. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/4/10/uma-breve-historia-do-feminismo-africano>. Acesso em 2 de janeiro de 2022.

SALVATERRA, Sara Cristina Semedo F. Jerônimo. **Mulheres na Diplomacia contemporânea desafios e perspectivas nas Relações Internacionais**. Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019; pág. 1-41.

SANCA, Naentrem; LENINE. Enzo. **As diplomatas bissau-guineenses por elas mesmas: obstáculos ao Ingresso e à permanência na carreira diplomática.** *Conjuntura Internacional*, v. 17, n. 2., 2020, p. 1-13.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, v. 2, n. 4, 2009, p. 1-21.

SANTOS, Lurdes Maria Lima Viegas Pires dos. **A igualdade de género em São Tomé e Príncipe: entre a realidade e a utopia.** Universidade aberta. 2015, p. 1-208.

SANTOS, Maria Helena. **A Participação das mulheres na política – um olhar especial no poder local.** Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2017. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2017/09/a-participacao-das-mulheres-na-politica-um-olhar-especial-no-poder-local/>. Acesso em 2 de junho de 2022.

SANTOS, Thaynara dos. A História do Feminismo no Continente Africano. **Dois Níveis**, 2021. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/2n-mulheres/a-historia-do-feminismo-no-continente-africano/>. Acesso em 4 de janeiro de 2022.

SILVA, Luísa Gonçalves Meireles da. Mulheres moçambicanas na luta pela independência. **Le Monde Diplomatique**, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/mulheres-mocambicanas-na-luta-pela-independencia/>. Acesso em 1 de abril de 2021.

TELO, Florita Cuhanga António. **O Pensamento Feminista Africano e a Carta dos Princípios Feministas para Feministas Africanas.** Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, p.1-12

VARELLA, Paulo. O que é o feminismo? **ArtRef.**, 2020. Disponível em: <https://arteref.com/feminismo/o-que-e-o-feminismo/>. Acesso em 2 de junho de 2022.

VENTURA, Raissa; KRITSCH, Raquel. Relações internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 11, 2017.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. **A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, p. 1-240.